



Jornal FNE Edição 93 – Fev/10

Nesta edição, Engenheiro traz como matéria de capa a grande oportunidade que se apresenta ao Brasil e que exige decisões acertadas. À espera da retomada dos trabalhos no Congresso Nacional, estavam os projetos que definem o marco regulatório para as reservas de petróleo na camada do pré-sal. Enviados em 2009 pelo Governo, dizem respeito à criação da Petro-sal, à capitalização da Petrobras, à instituição de um fundo social com recursos da nova fonte de riquezas e ao sistema de exploração por partilha, ponto mais polêmico nessa discussão. Embora existam desafios tecnológicos a serem vencidos e sejam necessários grandes investimentos, o pré-sal deve ser utilizado para garantir desenvolvimento ao Brasil e bem-estar ao seu povo.

Também em pauta os dez anos do Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, entre 25 e 29 de janeiro último. O evento retomou as bandeiras que marcam a iniciativa desde 2001 e propôs uma reflexão sobre o seu papel nas lutas sociais hoje.

Em entrevista, a economista Ceci Juruá aponta a injustiça fiscal, cujo peso recai sobre os ombros da classe média. Na seção C&T, novos recursos para os setores de nanotecnologia e aeronáutica, considerados essenciais para o desenvolvimento. Para marcar o ritmo de festa do mês, a engenharia por trás da alegoria carnavalesca.

E mais o que acontece nos estados.

Boa leitura.

OPINIÃO

O que está acontecendo? A rotação da Terra mudou de eixo? É possível, precisa ser averiguado. Quantos acontecimentos desastrosos, todos creditados à natureza. Numa parte do nosso planeta, vulcões adormecidos começam a despertar, geleiras vão se desprendendo de blocos antes tão coesos e espessos, os terremotos vão se repetindo por continentes afora, maremotos, tsunamis. Pedacos extensos de terra são engolidos pelo avanço das águas em intensa devastação. Vidas aos milhares são tragadas, homens, mulheres e crianças sucumbem impotentes ante descomunais desastres que se reproduzem em diferentes partes do nosso mundo. Gradativamente, a temperatura do planeta vai aumentando. Como suportar e por quanto tempo isso será possível?

Os acontecimentos prosseguem, com furacões, tornados em locais nunca antes visitados por esses fenômenos. Chuvas torrenciais, cidades inundadas, deslizamentos de encostas, barragens se rompem, pontes desabam, ricos e pobres sofrem desolados após as devastações. Progressivas manifestações do processo erosivo do solo, criminosas queimadas e derrubadas das matas. No continente asiático, nas Américas, na Europa, na África, as chaminés das indústrias ejetam CO2 na direção do céu, em quantidade abundante, acima do suportável. O senso de responsabilidade se ausentou das autoridades das nações que se dizem desenvolvidas ou em desenvolvimento, parecendo ignorar que a ganância poderá expulsar a vida do nosso planeta. Em outras escalas, as ocupações desordenadas, o rompimento do equilíbrio do ecossistema e tudo vai morro abaixo, e as cidades são inundadas, os rios transbordam, inclusive os poluídos, com riscos de pandemias.

A natureza que tanto ama e protege o homem de repente aparece como vilã, que não é, obrigada a produzir tanta desgraça. Tudo isso é lágrima que ela própria derrama, agredida que foi de forma tão desumana. Lá se vão os anéis e os dedos também por tudo que é profano. Lembrem-se de Adão e Eva, a ambição pela maçã os fez perder o Éden e tudo se repete, o pecado é vil, é hora de tomar outro norte, proteger as nascentes, não ir com tanto gás para os ares. É hora de ninar o mundo, se não o queremos furioso.

ENGENHARIA

A era digital chegou ao Carnaval do Rio de Janeiro. E não apenas nas transmissões dos desfiles das escolas de samba. Trazendo o enredo “Derrubando fronteiras, conquistando a liberdade, um rio de paz, em estado de graça!”, a primeira ala da Portela representará a Internet. Enquanto na temática as novas tecnologias estão cada vez mais presentes, na avenida, contudo, não deve haver grandes surpresas em relação aos últimos anos. A opinião é de Carlos Monte, que, além de coordenador do “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, é diretor cultural da Portela.

Segundo ele, houve evolução gigantesca em relação aos anos 30, quando não se utilizavam por exemplo os atuais dispositivos de movimento, efeitos especiais, comandos por computador para apagar e acender luzes automaticamente. Ainda, as figuras hoje são em terceira dimensão e se recorre ao CAD para montar protótipos. E os materiais, antes basicamente madeira e papelão, deram lugar a outros mais leves como fibra, isopor, além de gesso, arames e varetas nas armações. Com essa mudança, segundo José Augusto Nogueira Kamel, professor-doutor de Engenharia de Produção da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e coordenador do Laboratório de Engenharia do Entretenimento dessa instituição, uma fantasia de baiana, que pesava 7kg a 8kg, passou a 3kg. Nas vestimentas e adereços, como completa ele, data de pelo menos dez anos a busca por maior resistência e menor desperdício com as chuvas, com o uso de materiais impermeáveis. “Há também muito investimento em plástico-espelho, que reflete e brilha, em lugar de tecido e papel.” Os carros, antes praticamente empurrados, agora contam com motor.

Todavia, tirando inovações pontuais, como as apresentadas pelo famoso carnavalesco Joãozinho Trinta, diz Monte, a festa popular “continua a ser extremamente artesanal”. Isso porque o objetivo não é revolucionar na avenida, mas tão somente garantir um bom desfile. Consequentemente, não deve haver grandes surpresas em 2010, acredita o diretor da Portela.

Sem problemas

Para assegurar que não haja falhas nos carros alegóricos, é feito um cálculo preciso de resistência de acordo com o peso e as dimensões, bem como é pensada a questão da logística. “No Rio de Janeiro, no caminho entre a região do cais do Porto (de onde saem os veículos) e a zona do desfile há muitas árvores”, observa Monte, apontando que isso tem que ser considerado no projeto da alegoria.

Uma das maiores preocupações das escolas tem sido aliviada com a tecnologia: o controle do tempo de passagem pela avenida, para evitar estouros e perda de pontos. Os desfiles técnicos que antecedem o grande dia também ajudam a evitar problemas, constata.

Responsável técnico contratado pela Mangueira, Portela, Viradouro e Salgueiro, Edson Marcos Gaspar de Andrade é um dos que atuam para garantir que tudo corra bem na Cidade do Samba – na qual é o engenheiro que cuida da manutenção e coordena a montagem das passarelas. Vinculado à Liesa (Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro), ele tem como atribuição assegurar que toda a estrutura esteja em condições de segurança, com os acessos e serviços devidamente instalados. Para tanto, são feitos ensaios de carga e cumpridas as exigências relativas às normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e ao Corpo de Bombeiros. Andrade enfatiza que a vistoria no local tem sido feita diariamente. Destaca ainda que a Liesa divulga às escolas um regulamento para o atendimento das recomendações necessárias. E diz que cada uma deve ter responsável técnico pelos projetos das alegorias, cenográfico, de iluminação – portanto, precisa contratar um engenheiro. “É fundamental que toda concepção artística tenha por trás esse acompanhamento”, ratifica.

Em São Paulo também funciona assim. Na Capital, a responsável pelo evento é a autarquia municipal SP Turis (São Paulo Turismo). Seu coordenador de Carnaval, Marco Antonio de Sant'Ana, aponta que existe um manual a ser seguido pelas escolas de samba. E resume as normas definidas a essas: "Os carros alegóricos precisam ser finalizados no Sambódromo." São escoltados pela CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) e chegam com 4,5m. Somente depois aumentam de tamanho, podendo alcançar até 13m. "Para evitar acidentes, todas as baias (para a conclusão desse trabalho) têm extintor de incêndio e temos um carro de bombeiros estacionado na área do desfile e uma equipe de plantão na concentração." Nessa, ainda segundo ele, há alguns anos foram instalados hidrantes. Também é colocado no espaço externo caminhão-pipa. "Nos carros, temos destaques (pessoas) que devem ser içados. Utilizamos guindastes para essa operação e o acompanhamento de bombeiro civil", continua. Sant'Ana afirma que essa ocupação pelas escolas é fiscalizada pela Prefeitura.

Conforme Kamel, a tecnologia envolvida diz respeito sobretudo ao modo de organização e transmissão dos desfiles. "De dois anos para cá, houve um processo de revitalização grande quanto à iluminação e ao som, para disponibilização de melhores imagens e áudio pela TV. É o uso de tecnologia da informação ao vivo." Luiz Carlos Prestes Filho, coordenador do Núcleo de Estudos de Economia da Cultura da Associação Brasileira de Gestão Cultural, lembra que os carnavais de antigamente estão totalmente superados, "por conta das mudanças no padrão tecnológico".

Saindo do eixo Rio-São Paulo, em que predominam os desfiles de escolas de samba, segundo Prestes, no Nordeste e mesmo no Sul também há evolução nesse sentido. "Em Pernambuco, o frevo ganha área específica, o passódromo, e há um salto em profissionalização e inovação. Na Bahia, nos últimos dez a 15 anos, recursos de iluminação e sonorização têm modificado o Carnaval. A questão tecnológica se impõe pelo desenvolvimento das linguagens regionais." Atrás do trio elétrico, está a engenharia com certeza.

CRESCER BRASIL

Ainda no início de fevereiro, dois dos quatro projetos de lei relativos às regras para o pré-sal devem ser apreciados no Congresso Nacional. Esses abririam os trabalhos no Parlamento, após o recesso, e a discussão começaria pelos temas menos polêmicos: a constituição do fundo social com recursos oriundos da exploração na nova camada e a capitalização da Petrobras mediante cessão onerosa de 5 bilhões de barris à companhia. Ambos precisam ser votados na Câmara dos Deputados. Antes do final do ano, apenas a proposição referente à criação da Petro-sal havia passado por essa casa, estando à espera no Senado. Embora haja críticas à criação da nova empresa, o embate principal não está aí, mas na definição do modelo para exploração no pré-sal. A proposta é que seja adotado contrato de partilha, não de concessão.

Conforme ratifica o deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP), esse está pendurado devido a um recurso “sobre a nulidade de uma emenda que visa distribuir metade dos royalties e participações especiais de toda a exploração de petróleo, inclusive fora da área do pré-sal, com base nos critérios dos fundos de participação dos estados e dos municípios. Essa disputa tem atrasado a votação”. De acordo com ele, na última tentativa, em dezembro, os governistas desistiram de um enfrentamento “por temer a aprovação da emenda”. O presidente da Aepet (Associação dos Engenheiros da Petrobras), Fernando Siqueira, enfatiza que, após um mês de debates, não houve conclusão. “A aprovação do projeto depende de um consenso entre os líderes partidários.” A dificuldade é que, na sua ótica, “esse PL é o que mais sofre pressão contrária do lobby internacional”.

Não que seja o melhor dos mundos. “Há um ponto fraco na proposta do contrato de partilha, que é a continuidade dos leilões. Isso é inaceitável”, complementa. Ele baseia sua afirmação em simulação feita por um dirigente da Aepet. Tal mostra que o consórcio produtor ficaria com a maior fatia, enquanto a União ficaria com apenas 29,4% do óleo produzido. Na sua ótica, faz-se mister pressão da sociedade civil organizada para mudar isso.

Apesar disso, reconhece que “as quatro propostas do Governo trazem considerável avanço em relação à legislação atual, que é muito favorável às empresas estrangeiras, pois foi elaborada com o objetivo de atrair capital externo”. Como o pré-sal não tem riscos e tem altíssimo retorno, para ele, não faz sentido seguir essa norma.

Tecnologia, assim como capacitação, não é problema, acredita. Em vários eventos no segundo semestre de 2009, o presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, teria confirmado que essa não tem sido a maior dificuldade. As implicações, como informou a assessoria de comunicação da empresa, dever-se-iam mais à observação do comportamento dos reservatórios, por exemplo, com relação aos gases e fluidos ou ao ritmo de produção a uma profundidade de 7 mil metros. Desafios a que a companhia já vem fazendo frente, desenvolvendo soluções. Portanto, não haveria nenhum grande problema tecnológico que pudesse inviabilizar a exploração.

Geopolítica

Assim, o obstáculo principal seria eminentemente geopolítico. “São os lobbies que pressionam os três poderes contra a mudança da atual Lei 9.478/97”, insiste Siqueira. Essa substituiu a antiga Lei 2.004/53, que criou a Petrobras. Como indica nota técnica elaborada pelo presidente da Aepet, a qual compõe versão atualizada do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” – lançado pela FNE –, na prática limitou-se a participação do Estado na riqueza petrolífera.

Na batalha para que isso se mantenha, Siqueira observa que, de um lado, encontra-se o lobby dos Estados Unidos, que têm reservas de 30 bilhões de barris e consomem cerca de 10 bilhões por ano. De outro, o das Big Oil (ex-sete irmãs). “Precisam desesperadamente de petróleo.” Tais estariam apostando na prorrogação da discussão para depois do pleito deste ano. “Se conseguirem, despejarão muito dinheiro para eleger parlamentares ‘alinhados’ com os

interesses internacionais. Afinal, estamos falando de uma riqueza da ordem de US\$ 10 trilhões (14 bilhões de barris de reservas atuais mais os 100 bilhões previstos no pré-sal), sem contar seu imenso valor estratégico.”

O presidente da Aepet tem, entretanto, esperança de que o ano eleitoral gere pressão da sociedade civil sobre os políticos a que pensem, sobretudo, no interesse nacional. “Afinal, o pré-sal pode ser o principal fator de desenvolvimento nacional sustentado.” A sucessão eleitoral deve permear o tema também na concepção de Jardim. “Neste ano, Congresso e Governo definiram como principal questão a ser resolvida o marco regulatório. Os quatro projetos devem concentrar as atenções nestes primeiros meses.” Para ele, é preciso votar o marco regulatório, acompanhar a sua implementação e, principalmente, fiscalizar a execução das obras necessárias para a exploração da camada do pré-sal. “Trata-se de um grande desafio, ou seja, pensar no País no médio e longo prazos.”

FSM 2010

O forte desejo de construir um outro mundo – no qual haja justiça e igualdade, o desenvolvimento econômico traga bem-estar sem destruir o planeta, o imperialismo seja abolido e tenham fim o racismo, o sexismo e toda a discriminação – mais uma vez ecoou em Porto Alegre. A cidade que, em 2001, inaugurou o Fórum Social Mundial recebeu, entre os dias 25 e 29 de janeiro último, o evento, distribuído também pelos municípios gaúchos de Canoas, São Leopoldo, Sapucaia do Sul, Sapiranga e Novo Hamburgo.

Numa edição descentralizada – aconteceram iniciativas em diversas partes do Brasil e do mundo –, o tema principal do encontro foi a reflexão sobre a mobilização que nasceu para se contrapor ao Fórum Econômico Mundial numa época em que grassava a hegemonia neoliberal, seu papel atual, avanços e dificuldades. Esse foi o tema do seminário “Dez anos depois: desafios e propostas para um outro mundo possível”. Nas diversas mesas de discussões, uma questão recorrente: o FSM limita-se a um espaço de encontro e debate entre organizações e movimentos progressistas ou é capaz de articular políticas e ações que contribuam para construir esse outro mundo possível?

Sem que se chegasse a uma conclusão cabal, ganhou evidência a necessidade de articulações que levem à ação conjunta, como ocorreu em 2003, quando milhões de pessoas em todo o globo marcharam contra a invasão do Iraque pelos Estados Unidos. Taxativo, em entrevista coletiva, o sociólogo Emir Sader propôs “um banho de política ao FSM”. Também durante o debate sobre a conjuntura social, realizado no dia 26, ele foi categórico. “A crise não acabou com o modelo neoliberal e isso não acontecerá sem que haja alternativas, que precisam ser construídas. A resistência eterna é um caminho de derrota.

Mais otimista, o francês Gustave Messiah comemorou uma grande vitória do FSM: a recusa do ideário neoliberal como único. “A batalha das ideias foi vencida pelo social, isso foi confirmado pela crise financeira em 2008”, afirmou.

Na manhã anterior, na mesa de abertura, teve lugar um embate parecido. “O FSM é uma espécie de concentração, mas o jogo se decide em campo”, afirmou o líder do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), João Pedro Stédile. Ele vê a iniciativa como uma grande contribuição, mas que “falhou ao não conseguir construir um acúmulo de ideias mais unitárias ou promover ações exitosas de massa”.

Mais benevolente, o dirigente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), João Felício, vê mais qualidades que defeitos numa mobilização que conseguiu dar conta da enorme diversidade que marca o FSM. Ainda assim, também propôs partir para a ação segundo uma pauta de consenso. “A reflexão é fundamental, mas precisamos de grandes mobilizações de massa para alcançar mudanças.”

Uma sugestão dessa agenda foi dada pelo jornalista Antonio Martins, da Attac Brasil (Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio ao Cidadão), na fala acerca do novo ordenamento mundial, no dia 28. “Precisamos de propostas concretas para problemas que exigem respostas, como a imigração, o trabalho e a mudança climática.”

Alterando o tom, a líder feminista uruguaia, LÍlian Celiberti, comemorou o espaço constituído. “Estar juntos e recriar a esperança é um fim em si mesmo. Não vimos aqui apenas para encontrar um meio de unir as lutas, mas porque acreditamos que existe um novo mundo possível”, enfatizou.

Clima, Haiti, pré-sal e trabalho

O FSM no Rio Grande do Sul mais uma vez deu conta da diversidade que o marca e abrigou 915 atividades autogestionadas, das quais participaram 35 mil pessoas, oriundas de 39 países, segundo dados da organização. Ganhou ênfase o tema das mudanças climáticas, que coloca em xeque a própria sobrevivência da humanidade e do planeta e põe na berlinda qualquer plano de construir um outro mundo. Também concentrou atenções a situação do Haiti, devastado pelo terremoto de 12 de janeiro último, que matou mais de 170 mil pessoas.

O drama teve destaque numa das principais atrações do evento, a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, num encontro com os movimentos sociais promovido no ginásio do Gigantinho, na noite de 26 de janeiro. Prometendo auxílio ao País, além da controversa presença de tropas brasileiras, Lula defendeu que o FSM 2010 tivesse como única proposta final a solidariedade ao povo haitiano.

Inúmeras atividades também se dedicaram a pautas de interesse nacional, como as reservas de petróleo na camada do pré-sal, cujo marco regulatório encontra-se em discussão no Congresso e em disputa na sociedade. Ainda na agenda, a luta do movimento sindical pela redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. O tema esteve presente também na tradicional marcha de abertura, que percorreu as ruas de Porto Alegre, com cerca

de 30 mil pessoas, na tarde de 25 de janeiro, e teve grande participação do movimento sindical. A necessidade de manter a unidade foi o tema do seminário “Crise global, trabalho decente e pacto mundial pelo emprego”, que reuniu as centrais, no dia 28.

SINDICAL

MA

Eleitos representantes do sindicato no Crea

No dia 13 de janeiro último, os conselheiros representantes do Senge foram eleitos para compor a plenária do Crea-MA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Maranhão). A posse ocorreu no dia 27 de janeiro, durante a primeira sessão de trabalho desse órgão. São eles, na modalidade da Engenharia Civil: Carlos Augusto Dias Vieira e Ademir da Silva Cunha (titular e suplente) e Maria Raimunda de Fátima Santos (suplente de Murilo Pereira da Silva, eleito em dezembro de 2008).

São José do Ribamar realiza 2ª Conferência

Cerca de 150 pessoas participaram no dia 7 de janeiro último da 2ª Conferência Municipal de São José do Ribamar, realizada pela Prefeitura local, na Praça da Matriz, com o lema “Cidades para todos e todas com gestão democrática, participativa e controle social”, que foi explanado por Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro, presidente do Senge-MA. Essa mobilização faz parte de um processo que tem o objetivo de contribuir com a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, informou ela. “Trata-se de um instrumento que norteará as ações dos poderes públicos, de forma coordenada e com efetiva participação popular, para reduzir as desigualdades sociais e possibilitar a construção de uma cidade melhor para todos”, esclareceu.

MT

Pagamento da Contribuição Sindical

Reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 8 de janeiro último, os engenheiros deliberaram sobre o valor da Contribuição Sindical para o exercício de 2010, de R\$ 139,50. O profissional que quitar até 31 de março terá desconto de 13,3% e pagará R\$ 121,00. Mais informações pelo telefone (65) 3324-0443.

RS

Sindicato inova em comunicação

Uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em meados de 2008, a pedido do Senge, identificou significativa lacuna quanto a sua imagem corporativa por uma parcela importante de engenheiros gaúchos. Para resolver esse problema, o sindicato incluiu o tema em seu planejamento estratégico e procurou uma assessoria de marketing e comunicação, segundo seu presidente José Luiz Azambuja. O plano de ação traçado, aliado à estruturação de seu Departamento de Comunicação, levou à contratação de uma agência de propaganda, à reformulação do website e a mudanças na própria logomarca da entidade e propiciou dinamismo à campanha de reposicionamento a partir de agosto de 2009. A adoção do slogan “Nosso maior projeto é você” significou o arremate criativo dessa nova estratégia, ao estabelecer um diálogo direto entre o Senge, a categoria e a sociedade, com benefícios a todos.

PI

Homenagem dupla a Florentino

No dia 18 de dezembro último, o presidente do Senge, Antonio Florentino de Souza Filho, foi homenageado pela Câmara Municipal de Teresina com a Medalha do Mérito Legislativo, a maior comenda destinada às personalidades que dentro de sua atividade tenham prestado serviços relevantes à cidade. Essa homenagem foi proposta pela vereadora Teresa Brito (PV) e aprovada por unanimidade. Segundo ela, “Florentino é merecedor da medalha pelos relevantes serviços prestados na defesa das instituições, da categoria que representa e no trabalho que faz nacionalmente à frente do sindicato e como diretor da FNE, trazendo para a nossa cidade um projeto de desenvolvimento como meta para melhoria da qualidade de vida do nosso povo, sem perder o foco da sustentabilidade ambiental”.

No dia 3 do mesmo mês, o dirigente já havia recebido o troféu “Palmas de Carnaúba” como Personalidade da Engenharia na década 2000-2009. “Sempre que o sindicato é lembrado para ser homenageado, ficamos muito orgulhosos, sabedores que tudo isso ocorre em virtude do trabalho e dedicação de toda a diretoria da entidade e dos engenheiros do Estado, valorosos e lutadores na busca de um Piauí que vá ao encontro do desenvolvimento e, conseqüentemente, da valorização da categoria”, declarou Florentino.

ENTREVISTA

No Brasil, o sistema Robin Hood – de tirar dos ricos para dar aos pobres – está longe de ser realidade. A conta acaba por recair sobre a classe média. A constatação é da economista e pesquisadora no Programa de Políticas Públicas e Formação Humana da Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), Ceci Vieira Juruá. Nesta entrevista ao Engenheiro, ela é taxativa quanto à necessidade de uma reforma tributária que estabeleça alguns princípios mínimos de justiça fiscal. Entre as iniciativas nesse sentido, sugere refazer a tabela do Imposto de Renda e criar tributo sobre o patrimônio líquido das grandes empresas. Considera ainda essencial repensar o modelo brasileiro de crescimento e aprimorar os serviços públicos.

Você realizou um estudo sobre tributos e serviços públicos . Quais as conclusões?

A conclusão básica é que a classe média não recebe em retorno, como serviços públicos, benefícios equivalentes ao que paga em imposto. Por outro lado, as transferências de renda para a população mais pobre, que são muito importantes e sou absolutamente a favor, são financiadas basicamente pela classe média. Nessa comparação, considerei à parte a questão da Previdência Social, porque é um gasto financiado com recursos dos contribuintes do sistema previdenciário em regime de transferências intergeracionais.

O “patinho feio” acaba sendo a classe média nessa história toda?

Nessa conjuntura neoliberal, a classe média é o patinho feio, porque inclusive um dos maiores benefícios que ainda tem do Governo, que é a universidade pública gratuita, está sempre ameaçada de extinção, cada vez que se fala em cortar gastos. E ela paga imposto de renda elevado, a alíquota marginal é muito alta, de 27,5%, para salários relativamente baixos. Em princípio, o IR deveria ser calculado sobre a renda líquida, isto é, após descontados os gastos vinculados à sobrevivência social. Ora, cerca de R\$ 3.700,00 como salário bruto, ou até mesmo deduzida a Previdência, é muito pouco para sustentar uma família de classe média (um casal e dois filhos na escola). Precisáramos rever essas alíquotas de maneira a reduzir o peso tributário sobre sua renda.

Seria importante que houvesse cobrança de Imposto de Renda sobre dividendos?

Claro. E por que se diz que os ricos, que são uma parcela muito pequena da população, entre 1% e 5%, não pagam imposto no Brasil? Porque os rendimentos dessa parcela não provêm do trabalho, mas de comissões, de juros, ganhos no mercado financeiro e também dos dividendos, que estão excluídos do Imposto de Renda.

Qual o caminho para mudar isso?

Acredito que precisamos de uma reforma tributária que estabeleça alguns princípios mínimos de justiça fiscal. Isso envolve redistribuição de encargos e benefícios não só entre pessoas, mas também entre entes da Federação. Tenho certeza que esses assuntos são politicamente difíceis, mas é preciso enfrentá-los com muita urgência.

Em que deveria se concentrar essa reforma tributária?

Quanto aos impostos indiretos, existem alguns bens essenciais que são objeto de amplo consumo de massa e são tributados com alíquotas altas demais, por exemplo energia elétrica. Isso tem que ser reduzido, é muito que se pague sobre a conta de luz 33% de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Do ponto de vista dos impostos diretos, que representam aproximadamente 1/3 do total de tributos arrecadados e 12% do PIB (Produto Interno Bruto), precisamos refazer a tabela do IR no sentido de reintroduzir alíquotas mais adequadas à renda da classe média e também rever as faixas de rendimento, além de criar o imposto sobre o patrimônio líquido das grandes empresas. Não vai reduzir substancialmente a concentração de renda, mas são recursos adicionais para que o Governo possa desempenhar com sucesso as suas funções de redução da pobreza e da marginalidade e aliviar o ônus tributário que recai sobre a classe média.

Garantir o repasse dos tributos que são pagos para incrementar e melhorar os serviços públicos passa pelo não contingenciamento para pagamento de juros?

Hoje no Brasil a questão dos juros e da dívida pública é importante e não se resolve por contingenciamento. Outro grande problema são as isenções tributárias e incentivos fiscais. Pelos últimos cálculos, são mais de R\$ 120 bilhões que o Governo destina anualmente às empresas sob a forma de renúncia fiscal, isso tem que ser repensado, muitos desses incentivos provavelmente não são essenciais, não são necessários ao desenvolvimento. Hoje o crescimento da economia está sendo pautado pelas exportações, e as companhias exportadoras estão isentas da maior parte dos impostos pagos por empresas que produzem para o mercado doméstico. Acho que esse modelo também tem que ser repensado, lembro que a Argentina utiliza impostos sobre exportação para melhorar o caixa do Governo, enquanto o Brasil dá incentivos demais e abre mão de uma parcela importante da receita. Na verdade, o que está em jogo é o próprio modelo brasileiro de crescimento, que deveria ser baseado no mercado interno. Para o externo, seriam dirigidos apenas os excedentes ou aqueles produtos considerados estratégicos para que o País continuasse a ter importância no cenário mundial. Sem colocar em causa esse modelo econômico, tudo fica difícil.

C&T

Como estímulo à pesquisa científica e tecnológica e à inovação no meio produtivo, a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) lançou em dezembro último, com prazos até fevereiro e março, dois novos editais nas áreas de nanotecnologia e aeronáutica. Ao todo, serão investidos R\$ 24 milhões em recursos não reembolsáveis originários do FNDCT/Fundos Setoriais (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Em ambas as áreas, as propostas deverão explicitar a relevância do projeto sob o ponto de vista de inovação tecnológica no mercado em que pretende se inserir.

A chamada em nanotecnologia prevê R\$ 15 milhões em apoio a projetos que sejam desenvolvidos de forma cooperativa entre instituições científicas e tecnológicas e empresas brasileiras. O objetivo é apoiar o desenvolvimento de novos produtos, protótipos industriais, processos ou serviços em áreas como fármacos, biomateriais e da indústria do aço.

Conforme Marco Aurélio Cabral Pinto, professor da Escola de Engenharia da UFF (Universidade Federal Fluminense) e autor da nota técnica sobre C,T&I nas duas edições do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançadas em 2006 e 2009 pela FNE, nanotecnologia, junto com tecnologia digital e biotecnologia, constitui o tripé da nova indústria sustentável, isto é, o novo paradigma tecnológico. Para ele, o edital tem uma visão de estratégia no sentido de preparar o País para uma futura expansão industrial. “A nanotecnologia é uma aplicação de longo prazo. No entanto, se não desenvolvermos essa competência, vamos ficar fora do próximo boom de industrialização. Isso pode acontecer a qualquer momento. Por isso, devemos investir mais dinheiro e multiplicar os centros de pesquisa no País”, defende.

Em aeronáutica, serão aplicados R\$ 9 milhões em projetos voltados especificamente a desenvolvimento de micro e mini Vant (Veículos Aéreos Não Tripulados). Nos dois casos, deverão contemplar as áreas de segurança pública, defesa, controle de fronteiras, meteorologia, agricultura, monitoramento de queimadas e poluição e degradação ambiental.

De acordo com Rodrigo Acioli, analista do Departamento de Institutos de Pesquisa em Áreas Estratégicas da Finep, o edital apoia também o desenvolvimento de componentes acessórios que capacitem os veículos a desempenharem suas missões de maneira mais eficiente e confiável, tais como sensores de reconhecimento, sistemas de navegação e controle, posicionamento, decolagem e pouso automáticos, detecção de falhas e de voo colaborativo de múltiplos veículos em missões conjuntas.

Conforme Acioli, diversos estudos indicam que a indústria de Vant será o segmento mais dinâmico em termos mundiais do setor aeroespacial em função da grande miríade de atividades que essas aeronaves podem executar. Daí a importância de investir em pesquisa.

Prioridade regional

Em Vant, os projetos devem ter a participação de instituições estabelecidas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. “É uma forma de estimular o desenvolvimento da competência aeronáutica nesses territórios”, comenta Acioli.

Em nanotecnologia, está prevista também a aplicação de no mínimo 30% dos recursos em projetos cuja instituição executora esteja localizada nessas três regiões.

De acordo com Esmeraldo Costa Neto, analista de projetos do Departamento de Institutos Tecnológicos da Finep, isso já é definido no próprio fundo setorial para combater desníveis regionais. “Tradicionalmente, as instituições do Sudeste são as mais fortes e tendem a levar a maior parte dos recursos. Por isso, alguns editais incluem cláusulas para combater essa desigualdade. A chamada em questão determina também que pelo menos 20% dos recursos sejam aplicados exclusivamente em micro e pequenas empresas. É uma forma de garantir a inclusão desses grupos mais frágeis”, explica.

O edital de aeronáutica recebe as propostas online até 10 de fevereiro e o de nanotecnologia, até o dia 24 de março. Para mais informações e obtenção do formulário eletrônico, acesse www.finep.gov.br.